

Márcio Bobik Braga

Geografia, Literatura e Arte, v.1, n.1, p. 162-183, jan./jun.2021

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo DOI: 10.11606/issn.2594-9632.geoliterart.2021.176798

**AGRICULTURA, NATUREZA E IMIGRAÇÃO:
UMA LEITURA DA OBRA CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA**

**AGRICULTURE, NATURE AND IMMIGRATION:
A READING OF THE WORK CANAÃ, BY GRAÇA ARANHA**

**AGRICULTURA, NATURALEZA E INMIGRACIÓN:
UNA INTERPRETACIÓN DE LA OBRA CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA**

*Márcio Bobik Braga*¹

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

*Alexandre Ganan de Brites Figueiredo*²

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o romance *Canaã*, de Graça Aranha sob o ponto de vista da história econômica do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Na obra, foi possível identificar inúmeros aspectos da agricultura brasileira como sua baixa produtividade, inclusive quando se considera a mão de obra disponível no país, a natureza hostil, a imigração como forma de compensar a falta de mão de obra para a grande lavoura, além das dificuldades econômicas que esses imigrantes sofreram no Brasil. O artigo teve ainda a pretensão de questionar o princípio das vantagens comparativas aplicado ao Brasil, colocando em questão o sistema de divisão internacional do trabalho que prevalece, de certa forma, até os dias atuais.

Palavras Chaves: Graça Aranha; *Canaã*; Literatura e História do Brasil.

Abstract: This article aimed to analyze Graça Aranha's novel *Canaã* from the point of view of Brazil's economic history of the late 19th and early 20th centuries. In the work, it was possible to identify many aspects of Brazilian agriculture as its low productivity, including when considering the available manpower in the country, the hostile nature, immigration as a way to compensate for the lack of labor for the large crop, besides of the economic difficulties these immigrants suffered in Brazil. The article also intended to question the principle of comparative advantages applied to Brazil. That is, we sought to question the system of international division of labor that prevail in the world, in a way, to the present day.

Keywords: Graça Aranha; *Canaã*; Literature and History of Brazil.

Resumén: La presente investigación tiene por objetivo el análisis del romance *Canaã* de Graça Aranha, desde el punto de vista de la historia económica de Brasil al final del siglo XIX y principio del siglo XX. En esta obra, fue posible señalar numerosos aspectos de la

¹ Professor Livre-Docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e também Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, ambos da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marbobik@usp.br.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: alexandre.figueiredo@usp.br.

agricultura brasileira: su baja productividad, incluso al considerar la mano de obra disponible en el país, la naturaleza hostil, la inmigración como manera de compensar la ausencia de mano de obra para las grandes haciendas; además de las dificultades económicas que estos inmigrantes sufrieron en Brasil. La investigación también tuvo la pretensión de poner en cuestión el principio de las ventajas comparativas aplicado a Brasil, cuestionando el sistema de la división internacional del trabajo que prevalece en cierto modo, hasta la actualidad.

Palabras clave: Graça Aranha; *Canaã*; Literatura e Historia de Brasil.

*Quando recobrou a consciência,
Noé amaldiçoou Cã, Canaã,
referindo-se a ele como
o "servo dos servos" (Gênesis 9:25)*

1. INTRODUÇÃO

Predomina no Brasil e, de forma mais ampla, na América Latina, a ideia de que o sistema de divisão internacional de trabalho que preponderou no mundo a partir do século XIX foi benéfico para os países produtores primários. Esse sistema teve como referência o economista clássico David Ricardo e os seus princípios dos custos relativos apresentados no livro *Princípios de Economia e Tributação*, publicado originalmente em 1817. Ricardo (ed. 1996) considerou tais custos como a base do que ficou conhecido como a *Teoria das Vantagens Comparativas*. No caso do Brasil, essa teoria foi amplamente aceita e estabeleceu um consenso acerca da vocação do país para a produção agrícola exportadora. Entretanto, algumas das principais obras literárias nacionais do século XIX e início do XX, cujas histórias se passam no meio rural, descrevem problemas que colocam em dúvida este consenso. Este artigo tem como objetivo geral discutir os problemas enfrentados pela agricultura brasileira após o fim do regime escravista tomando como fonte a literatura de ficção. Buscaremos mostrar que as vantagens da produção primária no Brasil não podem ser vistas como algo trivial, principalmente pela persistência do sistema escravista que prevaleceu durante o século XIX, pela adoção de técnicas inadequadas de produção fruto desta persistência e pela existência de uma “natureza hostil” em terras brasileiras. O artigo discute ainda a relação entre a literatura e história econômica do Brasil, ou melhor, a utilização da literatura como fonte alternativa para o estudo da formação econômica do país.

A pesquisa centrou-se no romance *Canaã*, de Graça Aranha, publicada originalmente em 1902 e que trata das dificuldades enfrentadas pelos primeiros

imigrantes que se estabeleceram na lavoura do café após o fim do regime escravista. Como forma de complementar a análise e reforçar a hipótese aqui levantada, outros dois autores foram considerados: Joaquim Manuel de Macedo e sua obra *As Vítimas Algozes*, publicada originalmente em 1869, e Lima Barreto e o seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de 1911. A escolha desses autores e obras se dá porque são fontes para a compreensão dos problemas da agricultura brasileira que permitem relativizar a pretensa posição vantajosa do país no sistema de divisão internacional do trabalho. A partir de suas leitura, o artigo buscará demonstrar que: i) a escravidão impediu a adoção de técnicas modernas na grande lavoura cafeeira; ii) apesar da abundância relativa de mão de obra, a natureza se apresentou hostil aos agricultores brasileiros; iii) a grande lavoura cafeeira, ao se utilizar de práticas predatórias ao meio ambiente, acabou por destruir matas e reduzir a produtividade da terra; iv) a primeira população de imigrantes europeus não encontrou no Brasil uma “terra prometida” que fosse capaz de salvá-los da pobreza e; v) o problema do emprego de ex-escravos na grande lavoura não foi devidamente considerado pelo Estado.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira contempla uma breve discussão metodológica acerca da relação entre a História e a Literatura, necessária à leitura do romance. A análise não tem a pretensão de esgotar os debates e as muitas possibilidades abertas por essa relação interdisciplinar, teóricas e metodológicas, mas sim contribuir para novas pesquisas quanto à interdisciplinaridade aqui considerada. A segunda analisa a relação entre a população imigrante e a ideia de uma “natureza hostil”, explorada por Aranha e outros. Pretende-se abordar aqui, a partir da visão apresentada pelo romance, o choque entre as aspirações dos imigrantes chegados ao Brasil e a realidade encontrada no país, com suas privações e abusos de poder. Também será apresentada a hipótese segundo a qual há uma versão brasileira do debate em torno dos conceitos de “civilização” e “barbárie”, próprio do pensamento argentino de fins do século XIX. Por fim, a terceira seção considera a questão agrícola na literatura brasileira no período que se seguiu imediatamente após abolição da escravidão no Brasil, mais precisamente no auge do modelo agroexportador.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

Neste artigo, a interpretação da obra literária contempla a relação há muito discutida por filósofos, historiadores e críticos entre a história e literatura ou, de forma mais geral, entre a realidade e a ficção. Esta seção, evidentemente sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise, contempla algumas questões que referenciaram a leitura do romance *Canaã*, abordado como fonte para a elaboração de conhecimento histórico e, portanto, não ficcional.

Inicialmente, deve-se considerar que a literatura é um produto social e, como tal, exprime valores, ideias e mesmo condições sociais (CANDIDO, 2000). Por sua vez, a memória é a primeira referência de um autor ou autora para a construção de um enredo e de suas personagens e, além disso, ela exprime uma versão particular de uma memória que, a rigor, é antes de tudo social, coletiva. Esta aproximação pode ser encontrada, por exemplo, na descrição do meio que contextualiza a vida das personagens de ficção ou ainda pode ser lida nas suas angústias, desejos e pensamentos, que refletem algo percebido ou vivido pelo autor ou autora. Esta característica foi definida pela historiadora Luciana Murari:

Discurso ficcional e discurso histórico fundamentam-se, em síntese, no desejo de representar através da linguagem fatos que possuem o sentido do verossímil, uma forma de similitude com a realidade. Historiador e ficcionista apresentam os fatos como se eles tivessem realmente ocorrido, de acordo com o que narrativa figura e com o que produz em ambos um efeito de realidade, pois a produção de uma ideia de real, ou seja, uma representação verossímil, é uma condição comum à história e à ficção literária (MURARI, 2009, p. 39).

É certo que a relação entre história e memória já foi muito conflituosa, como aponta Guarinello (1994). A história enquanto disciplina acadêmica, surgida no século XIX e institucionalizada pelos Estados Nacionais e seus arquivos públicos, reivindica para si o primado de ser a única voz legítima para estabelecer um conhecimento “verdadeiro” sobre o passado. A memória, nessa chave, seria apenas uma versão deturpada - às vezes mítica, às vezes somente falsa - dos tempos remotos. É certo que, hoje, os próprios historiadores profissionais fazem a crítica a essa visão e estabelecem que a historiografia também comporta subjetividades, mesmo quando inconfessas, sem esquecer que o próprio trabalho do historiador é também derivado das grandes questões e circunstâncias de sua época. Um ser-humano é sempre ele mesmo e sua circunstância,

parafraseando Ortega y Gasset. Ou seja, é sempre filho de seu tempo e o mesmo se passa com a história que ele escreve. Sendo assim, as fronteiras entre o saber construído pela história acadêmica e as representações da memória ou mesmo as construídas pela literatura seriam muito distantes? Uma crítica mais radical pode caminhar para a afirmação da inexistência dessas fronteiras, sendo a história tão subjetiva e ficcional quanto a literatura, como diz a filosofia de Jacques Derrida (GUARINELLO, 1994).

Guarinello estabelece, de forma clara, o limite dessa visão e o lugar da história. Um historiador não é um ficcionista porque seu trabalho está, por mais subjetivo que seja elaborado a partir da análise crítica de fontes, de documentos que, a partir das possibilidades que abrem, eliminam do trabalho historiográfico acadêmico a discricionariedade que preside a elaboração artística e ficcional:

Em primeiro lugar, porque o passado que investigamos não é, por assim dizer, um processo onírico e indeterminado, aberto a todas as significações, mas a condição mesma, concreta e positiva, de nossa existência presente. Nem é o historiador livre para criar passados, como se traçassem sua trama por caminhos desimpedidos, mas deve falar do passado através de documentos que são, também eles, bastante reais. Podemos coletá-los, consultá-los, criticá-los, analisá-los. É através de sua mediação, e só dela, que temos acesso às realidades passadas. Mas não é só isso: a história liga-se à realidade também por ser parte dela, por ser um produto social, produto de um lugar socialmente determinado e historicamente constituído. Um lugar institucional, a partir do qual os historiadores propõe representações do passado que não são meros exercícios inocentes de estilo, pois interagem com a memória e com as representações coletivas. E por ser representação, nem por isso é menos eficaz. Se a história, enquanto disciplina, possui sua subjetividade esta não é a subjetividade individual de cada historiador, nem aquela, sem sujeito, do texto, mas a subjetividade de um lugar, instituído como tal e custeado pela própria sociedade contemporânea (GUARINELLO, 1994, p. 185).

É precisamente nesse sentido que a literatura se coloca como possível fonte para a historiografia: um documento a ser analisado criticamente. Com ela, é possível “visualizar” experiências do cotidiano de uma época, o que pode ser particularmente importante no campo da História Social ou da História Cultural. Trata-se, nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento, de uma fonte privilegiada, pois permite ao historiador “enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam” (PESAVENTO, 2006, p. 22). Importante notar que não se trata de considerar a concepção do que se pode denominar de “romance histórico”. Mesmo que a descrição histórica esteja presente no romance, sua importância

pode e deve ser buscada na imaginação do autor em descrever um ser social de uma época, indo além das possibilidades que pertencem àquele campo delineado pelo historiador. Este ponto foi bem destacado por Antonio Candido:

A personagem é um ser fictício, - expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste” (CANDIDO, 2014, p. 55).

Outro ponto que se destaca na relação interdisciplinar, como procuramos apresentar acima, reside na liberdade artística do ficcionista e que não pode ser realizada pelo historiador, uma vez que literatura e história não se confundem. Esta questão clássica foi tratada por Aristóteles em sua *Poética*, no contexto da construção da poesia. Para o filósofo grego, enquanto o historiador busca descrever “aquilo que aconteceu”, o poeta escreve sobre possibilidades, ou “aquilo que poderia ter acontecido”. Em ambas as práticas, a realidade constitui-se na referência para a criação artística. Nesse sentido, a criação literária (e não apenas o gênero da poesia), vai além da descrição de uma época. Ele também contempla desejos de mudanças dentro de uma condição social particular. A arte permite vislumbrar não apenas o “acontecido”, mas também as muitas possibilidades que existiram e, por diversos motivos, se frustraram:

O historiador e o poeta não se distinguem por escrever em verso ou prosa; caso as obras de Heródoto fossem postas em metros, não deixaria de ser história; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder. É por esse motivo que a poesia contém mais filosofia e circunspecção do que a história. A primeira trata das coisas universais, enquanto a segunda cuida do particular (ARISTÓTELES, 1999, p. 47).

Essa forma de abordar a obra literária como fonte para a história foi considerada por Nicolau Sevcenko em seu estudo sobre literatura e a produção cultural na Primeira República:

A história, assim, ao envolver um escritor, o arroja contraditoriamente para fora de si. Para que ele cumpra o papel e o destino que lhe cabem, é necessário que se perca nos meandros dos possíveis inviáveis. Desejos inexecutáveis, projetos impraticáveis: todos porém, produtos de situações concretas de carência e privação, e que encontram aí o seu âmbito social de correspondência, propenso a transformar-se em público leitor (SEVCENKO, 2003, p. 30).

Em outras palavras, o texto ficcional, ao tratar das possibilidades, pode expressar desejos de mudanças sociais ao dar voz ao excluídos ou aqueles que sofrem em uma sociedade carregada de contradições. Ou seja, a literatura permite não apenas a visualização do cotidiano de um grupo ou época, mas também desejos de mudança que se expressam em pensamentos e diálogos das personagens de ficção, capturando uma dimensão coletiva que não é facilmente apreendida em outras fontes historiográficas.

Esse artigo entende que o romance *Canaã*, de Graça Aranha abre justamente essa possibilidade de análise histórica. Além de apresentar a descrição da natureza em uma linguagem “rica, colorida, propositadamente caprichada, destinada a seduzir mais do que o próprio conteúdo”, como destacou Nelson Werneck Sodré (1969, p. 502), o romance trata das condições sociais que os imigrantes encontraram no Brasil após a abolição da escravidão. Além disso, apresenta também os projetos e desejos de mudança daquela população a partir dos pensamentos e diálogos dos personagens que se apresentam no enredo.

3. IMIGRAÇÃO E NATUREZA “HOSTIL”

Canaã, obra publicada originalmente em 1901 pela Editora Garnier, trata, então, da questão da imigração que ocorreu no Brasil após a abolição da escravidão. No romance, Aranha buscou descrever as motivações e dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães atraídos para o trabalho nas lavouras de café que, na obra, encontravam-se no interior do Estado do Espírito Santo. Essa imigração seria uma resposta à falta de mão-de-obra decorrente do fim do sistema escravista brasileiro. O autor ainda deu continuidade a uma tradição presente entre os escritores brasileiros de apresentar e descrever o que seria a natureza hostil das terras do país, em que pesem as diferenças dessa representação nas diferentes escolas, como o romantismo, o realismo, o e o parnasianismo, dentre outras.

Essa tradição pode ser lida, por exemplo, em Joaquim Manuel Macedo nas três novelas de *As Vítimas Algozes*, cuja primeira edição é de 1869. No romance, Macedo procura defender a abolição usando como argumentos tanto o medo dos senhores de escravos como a ineficiência do sistema escravista. Logo na introdução da obra, o autor destaca que:

[...] os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôscios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor (MACEDO, 2010, p. 19).

Considerando a expressão “a conspiração latente atentando contra a fortuna”, era necessário, por parte dos grandes produtores rurais, se prepararem para abolição e para a consequente necessidade de se adotar técnicas mais modernas na lavoura. Demonstrando a dimensão e a persistência do problema, décadas mais tarde, já no início do século XX, Lima Barreto, com o seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (2011) descreveu as dificuldades enfrentadas pelos pequenos lavradores. Mesmo após a abolição, o país não teria adotado as técnicas adequadas à produção de alimentos como o preparo da terra e o combate às pragas, além de passar a empregar procedimentos mais modernos de produção. Podem-se encontrar ainda as denominadas taperas em várias obras de Monteiro Lobato, mas foi em *Canaã* que o tema foi central. Portanto, a questão dos problemas que a pequena lavoura livre encontrava para se desenvolver em uma país de grandes propriedades e habituado ao trabalho escravo está presente em várias obras literárias que, para além da qualidade artística, documentam para a história as dimensões econômicas e sociais do modelo agroexportador. Voltando à *Canaã*, sua novidade nesse debate entre os letrados está na problematização do “imigrante” enquanto novo ator nessa estrutura.

Então, voltemos à Graça Aranha. *Canaã* conta a história da vida das personagens Milkau e Lentz, nascidos na Alemanha e que vêm para o Brasil fugindo das angústias e dificuldades. Para eles, o Brasil seria como a *Canaã* bíblica, a “Terra Prometida”. Em várias partes do livro, Aranha constrói um denso debate entre as duas personagens com Milkau representando a humanidade e a esperança em terras brasileiras, enquanto Lentz

defendia o domínio e o preconceito racial como forma de dominação. Interessante destacar que esse debate em muito se assemelha àquele proposto pelo escritor e político argentino Domingo Faustino Sarmiento, em sua obra *Facundo ou Civilização e Barbárie*, de 1848 (SARMIENTO, 2010).

Para Sarmiento, a barbárie estava presente no interior argentino, povoado pelos *gauchos* e seus senhores, os caudilhos. Seria uma sociedade do atraso econômico, político e social convivendo com a rica Argentina das cidades. Por isso, a civilização deveria ser encontrada em Buenos Aires e, especialmente, em seus traços europeus. Conforme defende Sarmiento, seria necessário promover um processo de branqueamento da população, o que só seria possível com a entrada de imigrantes europeus no país. Aqui, pode-se relacionar a barbárie do ponto de vista do autor argentino com o pensamento hostil de Lentz, que defendia o mesmo branqueamento para sociedade brasileira. Já a “civilização” em muito se assemelha ao otimismo de Milkau, que defendia a mestiçagem como um futuro promissor ao país. Na verdade, de forma consciente ou não, Aranha traz a dicotomia de Sarmiento para terras brasileiras, porém invertendo a relação de causalidade: seria no interior que o país deveria encontrar a “civilização”.

As duas personagens em busca da Canaã tropical iniciam sua longa jornada em uma colônia alemã, nas lavouras de café rodeadas por matas virgens, no interior do Espírito Santo. Os dois seriam a esperança para um novo e rico país que emergia após o fim da escravidão. Seriam também a solução para uma alegada (pelas elites) escassez de mão-de-obra, ainda que essa escassez fosse questionada pela existência da população recém liberta.

Logo no início do livro, Aranha descreve o otimismo das primeiras impressões de Milkau sobre as novas terras:

MILKAU CAVALGAVA molemente o cansado cavalo que alugara para ir do Queimado à cidade do Porto de Cachoeiro, no Espírito Santo. Os seus olhos de imigrante pasciam na doce redondeza do panorama. Nessa região a Terra exprime uma harmonia perfeita no conjunto das coisas: nem o rio é largo e monstruoso, precipitando-se como espantosa torrente, nem a serra se compõe de grandes montanhas, dessas que enterram a cabeça nas nuvens e fascinam e atraem como inspiradores de cultos tenebrosos, confinando à morte como a um tentador abrigo... (...) A solidão formada pelo rio e pelos morros era naquele glorioso momento luminosa e calma. Sobre ela não pairava a menor angústia de terror (ARANHA, 1982, p. 27).

Mas, ato contínuo, ele expressa sua desilusão:

Lá do alto da colina, um casarão pardacento misturava-se à bruma azul, acinzentada do longe, e à medida que Milkau prosseguia, o horizonte se ia estreitando, o morro na frente tapava a estrada, e parecia que esta, estirando-se num esforço, ia morrer sobre ele. Os viajantes margeavam ora o cafezal plantado na encosta das colinas, ora a roça de mandioca na baixada. A terra era cansada e a plantação medíocre; ao cafezal faltava o matiz verde-chumbo, tradução da força da seiva, e coloria-se de um verde-claro, brilhando aos tons dourados da luz; os pés de mandioca, finos, delgados, oscilavam, como se lhes faltassem raízes e pudessem ser levados pelo vento, enquanto o sol esclarecia docemente. O grande céu e o ar era cheio dos cantos do rio e das vozes, que prolongavam a ilusão da madrugada. Sentia-se, ao contemplar aquela terra sem forças, exausta e risonha, uma turva mistura de desfalecimento e de prazer mofino. A terra morria ali como uma bela mulher ainda moça, com o sorriso gentil no rosto violáceo, mas extenuada para a ávida, infecunda para o amor (ARANHA, 1982, pp. 29-30).

Apesar da trágica realidade, Milkau, em seu otimismo, alimentava alguma esperança em suas futuras atividades como pequeno agricultor, buscando uma vida de prosperidade e tranquilidade. Mas Lentz não pensava o mesmo. Seu objetivo como imigrante era tentar a sorte no comércio. Ao longo do livro, aliás, podem-se encontrar inúmeros diálogos entre as duas personagens, onde elas expressam opiniões divergentes sobre o que seria o Brasil. Enquanto Milkau expressa seu otimismo como humanista, destacando inclusive a mestiçagem como o grande diferencial da sociedade brasileira, Lentz se coloca como pessimista e racista ao ovacionar a raça alemã como superior.

Destaque-se que Graça Aranha defendia uma visão totalmente oposta à expressa pelo seu personagem Lentz. Para ele, a solução desse debate estaria na própria sociedade mestiça existente no Brasil:

A substituição de uma raça não é remédio ao mal de qualquer civilização. Eu tenho para mim que o progresso se fará numa evolução constante e indefinida. Nesta grande massa da humanidade há nações que chegam ao maior adiantamento, depois definham e morrem, outras que apenas esboçam um princípio de cultura para desaparecerem imediatamente; mas o conjunto humano, formado dos povos, das raças, das nações, não para em sua marcha, caminha progredindo sempre e os seus eclipses, os seus desmaios não são mais que períodos de transformações para épocas fecundas e melhores (ARANHA, 1982, p. 53).

O autor avança ainda nas discussões sobre a conveniência do sistema escravista brasileiro:

Não se tratava só de trabalho, tratava-se também de uma livre expansão da individualidade, e a indústria nesta velha civilização é um desfiladeiro apertado de combate no meio da sociedade, que ela divide em senhores e escravos, ricos e pobres (ARANHA, 1982, p. 60).

Aqui, Graça Aranha mantém a tradição presente na literatura brasileira em mostrar o potencial agrícola no país não mais escravista, tradição também presente em Joaquim Manuel de Macedo e Lima Barreto, dentre outros, como foi dito. Trataremos dessa questão a seguir. Por ora, fica realçado que o debate estabelecido em Canaã apresenta as questões sobre as quais se debateu a economia brasileira em torno da lavoura escravista e de sua superação, bem como a temática racista do debate sobre a imigração, que não se restringiu ao Brasil.

4. AGRICULTURA BRASILEIRA NAS FONTES LITERÁRIAS

Joaquim Manuel de Macedo, considerado o primeiro romancista brasileiro e conhecido pelo romance *A Moreninha* tratou da escravidão em várias de suas obras. Dentre elas, destacam-se *As Vítimas Algozes*, três novelas que contam histórias de conspirações dos escravos contra os seus senhores nos engenhos de cana-de-açúcar do interior do Rio de Janeiro. Nessas novelas, a estratégia de Macedo consiste em criticar a escravidão pelo medo que os proprietários deveriam nutrir pelos seus cativos, que sempre estariam em busca de vingança. Mas há outro objetivo nessa obra: mostrar que esse sistema conspirava contra a produtividade da lavoura, como pode ser lido na seguinte passagem, permeada por racismo:

Os escravos prejudicam aos senhores cem vezes mais do que estes calculam pelos dados da observação dos fatos patentes.
Eles prejudicam aos senhores:
Trabalhando maquinalmente, sem ideia de melhoramento, de progresso e de aperfeiçoamento do sistema de trabalho, sem os incentivos de interesse próprio e com desgosto e má vontade;

Furtando nas roças, nas fábricas de nos armazéns produtos que vão vender para embebedar-se, o que ainda diminui as forças, quando não compromete a saúde e rouba ao trabalho dias passados na enfermaria; Suicidando-se subitamente, ou aos poucos, quando por nostalgia, enfezação [sic] ou desespero morno ou profundo contraem e alimentam enfermidades que acabam por mata-los; Fugindo à escravidão por dias, semanas, meses ou para sempre, e nos quilombos, seduzindo outros escravos para fugir com eles; Não poupando o gado e os animais, não zelando os instrumentos rurais, não compreendendo a necessidade de cuidados, não tendo nem podendo ter amor à propriedade do senhor não se ocupando das peras ou lucros do senhor; Fazendo perdurar a rotina e o trabalho materializado, e por sua indiferença, estupidez e desmazelo, contrariando, anulando e desacreditando processos, invenções, máquinas que economizam tempo e braços, e que explorados pela inteligente execução do homem livre e interessado, oferecem resultados que aumentam a riqueza. (MACEDO, 2010, p. 95 - 96).

Ou seja, com um argumento exclusivamente econômico e tomando o ponto de vista racista dos senhores, Macedo expõe que a adoção da mão-de-obra escrava na lavoura contribuía para a baixa produtividade agrícola. Além do alto custo do escravo, haveria a ausência de incentivos para a adoção de técnicas mais eficientes de trabalho.³ No final do romance, ele vislumbra no trabalho livre a superação dessa perversa condição. Entretanto, não considerou como solução para o problema a imigração, possibilidade, entretanto, que ainda seria considerada pela literatura, mais precisamente na obra de Lima Barreto.

Lima Barreto trata da questão agrícola em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. No romance, ele narra as aventuras de Quaresma na capital da Velha República. Em uma delas, depois de amargar alguns meses no sanatório fluminense por suas ideias subversivas, Quaresma tenta a vida como pequeno lavrador no interior do Estado. Disposto a produzir algumas culturas adotando as técnicas mais avançadas presentes em seus livros de agronomia, a personagem se decepçiona com a hostilidade da natureza e com a falta de apoio do Governo à produção. Essa decepção pode ser percebida pela sua incapacidade de combater as saúvas, que destruíam de forma sistemática a lavoura:

³ Interessante notar que Macedo parece seguir a tradição dos abolicionistas em considerar a Economia Política Clássica como referência para a defesa do fim da escravidão no Brasil, ainda que ele não tivesse a intenção de propor tal relação. Tais referências podem ser encontradas em *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Segundo Smith (ed. 2013), o escravo, além de ser caro ao seu senhor, não possui incentivos do salário para se dedicar à lavoura de forma adequada aos interesses do agricultor. Além disso, a mão-de-obra escrava impede a utilização de técnicas mais modernas de produção rural. Sobre a relação entre os abolicionistas brasileiros e a Economia Política Clássica de Smith, ver Rocha (2000).

Abriu a porta; nada viu, lá procurar nos cantos, quando sentiu uma ferroadada no peito do pé. Quase gritou. Abaixou a vela para ver melhor e deu com uma enorme saúva agarrada com toda a fúria à sua pele magra. Descobriu a origem da bulha. Eram formigas que, por um buraco no assoalho, lhe tinham invadido a despensa e carregavam as suas reservas de milho e feijão, cujos recipientes tinham sido deixados abertos por inadvertência. O chão estava negro, e carregadas com os grãos, elas, em pelotões cerrados, mergulhavam no solo em busca da sua cidade subterrânea. Quis afugentá-las. Matou uma, duas, dez, vinte, cem; mas eram milhares e cada vez mais o exército aumentava. Veio uma, mordeu-o, depois outra, e o foram mordendo pelas pernas, pelos pés, subindo pelo seu corpo. Não pôde aguentar, gritou, sapateou e deixou a vela cair. Estava no escuro. Debatia-se para encontrar a porta; achou e correu daquele ínfimo inimigo que, talvez, nem mesmo à luz radiante do sol o visse distintamente... (BARRETO, 2008, p. 136).

Ao visitar Quaresma, sua irmã Olga, moradora da cidade fluminense, pôde perceber o quadro de desolação pintado naquelas terras, o que alterou a percepção bucólica que imaginava estar presente nos roçados do interior:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta succulenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!.. (BARRETO, 2008, p. 132).

Nessa passagem, exemplar para a questão da literatura como fonte para a história, Lima Barreto apresenta uma descrição profunda e em pormenores da pobreza da vida cotidiana daquela população rural. Vemos no texto o contraste entre imaginário e

realidade e, sobretudo, vemos entregue ao pesquisador um quadro sobre uma população de pessoas livres e pobres em meio à uma sociedade que, embora houvesse abolido a escravidão, ainda mantinha uma estrutura econômica e um Estado moldados em função dela. A pergunta que a personagem se coloca quanto à razão daquela pobreza em uma terra que parecia oferecer tantas condições favoráveis é respondida não pelo texto (“seria a “preguiça”?; seria a “terra”?), mas pelo ator ausente nele - e presente nos mitos que habitam o imaginário de Quaresma: o Estado republicano. A rigor, não haverá apoio aos homens e mulheres livres pobres - como lemos também em *Canaã* - e nem aos que defendem a todo custo a República, como é o caso do protagonista da obra de Lima Barreto.

Pode-se ler, nessa passagem, o pessimismo do autor com a pequena agricultura de subsistência no Brasil de sua época. Mesmo que a abolição dos escravos trouxesse algum otimismo às pequenas lavouras do interior do país, a pobreza esteve longe de ser superada. O fim do cativeiro não teria elevado a produtividade da agricultura brasileira. Novas técnicas não teriam sido adotadas, pelo menos pelos pequenos agricultores. As ciências agrárias ainda eram realidades distantes no país. O Estado não havia construído qualquer política de apoio à lavoura. A denúncia de Quaresma, seguindo a lição de Macedo, mostrava que não havia como a agricultura prosperar no Brasil.

Conforme destacado anteriormente, e seguindo a análise, *Canaã* aborda inúmeros aspectos da imigração europeia em terras brasileiras. Se, por um lado, ela seria uma das soluções para o problema da suposta escassez de mão-de-obra, por outro os que aqui chegaram encontraram uma natureza hostil e terras destruídas pela grande lavoura do café. Não havia qualquer incentivo do Estado, que se colocava como corrupto e hostil aos imigrantes.

Conforme destacado, o romance apresenta um quadro detalhado das aventuras e desventuras dos imigrantes que aqui chegaram. Diferentemente do que se encontra no atual saudosismo nostálgico, as novas populações encontraram não uma “Canaã”, mas sim inúmeras adversidades. Eram dificuldades decorrentes dos perigos não conhecidos das matas, além das pragas, precariedade das moradias, dentre outras. Mas o que se destaca no romance é que nem todos os imigrantes eram pessoas de posses. Muitos que aqui chegavam fugiam da miséria vivida no Velho Continente. Essa evidência pode ser encontrada na personagem Maria, ápice da miséria dos imigrantes no romance. A escolha

por Aranha justamente de uma personagem feminina para esse retrato bruto da exploração revela também a situação de vulnerabilidade que se abatia muito mais sobre as mulheres imigrantes que sobre os homens.

Maria era filha de alemães pobres que vieram para o Brasil para trabalhar na casa de uma família de uma colônia alemã que se estabeleceu no interior do Espírito Santo. Depois de um dia de trabalho exaustivo e alguns contos de réis que mal pagavam o sustento, Maria, por descuido, quebrou uma bandeja do casal e, por isso, foi expulsa da casa, sem qualquer pagamento indenizatório, levando apenas suas roupas. Ela passa então a vagar pela mata até encontrar uma humilde pensão, administrada por uma mulher de aparência e modos estranhos. O estabelecimento é descrito de forma assustadora. Sendo acolhida pela proprietária da pensão, Maria passa a trabalhar de graça, dormindo ao som de ruídos de ratos selvagens. Milkau, que a teria conhecido em uma festa na colônia, descobre sua situação precária, resgatando-a do trabalho forçado. Consegue então um emprego para ela em outra colônia próxima para exercer as atividades de empregada doméstica, recomendando ao novo casal um tratamento digno para a imigrante. Estes, entretanto, mentem e passam a explorar Maria que, agora, comporta todas as dimensões de exploração e violência contra a mulher naquela sociedade.

Em uma tarde de sol forte, quando trabalhava na plantação, Maria sentiu fortes dores em seu ventre e percebeu um líquido escorrendo entre suas pernas. Tinha dado à luz.⁴ Alguns porcos, que passavam naquele momento, sentiram o cheiro da recém-nascida. Começaram então a estraçalhar e devorar o feto ainda vivo. Maria, sem forças, não pôde conter os porcos, que matam o bebê. Algumas mulheres da colônia, que passavam pelo local, a chamam de “assassina”. A população do povoado logo chegou à bizarra cena e a pobre Maria acaba presa e ainda sofre tentativa de estupro pelos carcereiros. Ao saber da situação, Milkau resgata-a e a leva para a mata, buscando fugir da polícia, e lá ficam até o amanhecer. No desfecho final do romance, Milkau conclui sobre a sorte dos imigrantes em terras brasileiras:

Cada um de nós, a soma de todos nós, exprime a força criadora da utopia; é em nós mesmos, como num indefinido ponto de transição, que se fará a passagem dolorosa do sofrimento. Purifiquemos os nossos corpos, nós que viemos do mal originário, que é a Violência... O que seduz na vida é o sentimento da perpetuidade. Nós nos prolongaremos,

⁴ O romance sugere que o pai seria Milkau.

desdobraremos infinitamente a nossa personalidade, iremos viver longe, muito longe, na alma dos descendentes... Façamos dela o vaso sagrado da nossa ternura, onde depositaremos tudo o que é puro, e santo, e divino. Aproximemo-nos uns dos outros, suavemente. Todo o mal está na Força e só o Amor pode conduzir os homens (ARANHA, 1982, p. 218).

Podemos interpretar esta cena final como alegórica da saga enfrentada pelos primeiros imigrantes em terras brasileiras. Eles buscaram construir seus lares no novo mundo, mas conseguiram apenas o enfrentamento com a natureza e um sistema hostil. A gravidez ignorada por Maria até o momento do parto (uma descendência cega?), concluída com seu bebê devorado por porcos (a natureza brutal impedindo a reprodução da vida naqueles termos?), é uma imagem pungente dessa situação.

Mesmo considerando o conjunto de problemas enfrentados pela agricultura brasileira após o fim da escravidão, Graça Aranha tem como núcleo central de análise a natureza hostil e as dificuldades decorrentes que os imigrantes aqui encontraram. Conforme já destacado, no início do romance é explorada uma visão otimista quanto à produção rural do país. Essa percepção pode ser lida no diálogo que Milkau estabelece com seu condutor em direção à colônia alemã. Este questiona Milkau sobre suas intenções na lavoura e tem como resposta o otimismo do alemão:

- É por isso que vai para o mato? Não seria melhor ficar aqui no comércio?
- Não. Procuro uma vida estável e livre, e o comércio é torturado pela avidez e ambição... Além disso, penso que o trabalho digno do homem é a lavoura nos países novos e férteis como este, e a indústria no velho continente. O comércio não me atrai, com suas formas grosseiras, seus estímulos baixos, sua posição intermediária na sociedade. Não me sinto solicitado se não por coisas mais simples e aproximadas da situação do futuro (ARANHA, 1982, p. 45).

Ainda que não tenha sido a intenção do autor considerar as vantagens da produção agrícola no Brasil frente à indústria da Europa, percebe-se neste diálogo uma alusão, mesmo que indireta, ao conceito de vantagens comparativas favoráveis à produção primária no país. Entretanto, essa percepção se desfaz na medida em que a trama se desenvolve no livro. Ao conhecer Milkau, Lentz expressa sua preocupação com o desconhecido presente nas matas e na miscigenação em terras brasileiras, em diálogo com seu parceiro:

Passado algum tempo, Lentz exprimiu alto o que ia pensando:

- Não é possível haver civilização neste país... A terra só por si, com esta violência, esta exuberância, é um embaraço imenso...
- Ora – interrompeu Milkau -, tu sabes bem como se tem vencido aqui a Natureza, como o homem vai triunfando...
- Mas o que se tem feito é quase nada, e ainda assim é o esforço europeu. O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê, a História... (ARANHA, 1982, p. 52).

Pode-se notar, nesta passagem, mais uma vez a dicotomia civilização e barbárie. A primeira é defendida por Milkau como o futuro da agricultura brasileira; a segunda é considerada por Lentz.⁵ Conforme discutido anteriormente, o argentino Sarmiento considerou esta dicotomia em sua obra *Facundo ou Civilização e Barbárie*, na qual criticou a ditadura do Governo de Juan Manuel de Rosas, que esteve no poder em uma Argentina ainda não unificada entre os anos de 1829 e 1851. Para Sarmiento, Rosas era apenas um representante dos caudilhos e seus *gaúchos*, um líder que teria defendido a pecuária como atividade produtiva a ser explorada em seu país (aqui enfatizamos a palavra “seu”). Seu governo defendeu a cidade de Buenos Aires somente à medida em que isso beneficiava os produtores de gado da região litorânea e os poucos ricos comerciantes que prosperavam com a atividade do porto. Também não se esforçou para integrar o país no modelo de divisão internacional do trabalho que estava em ascensão. A crítica de Sarmiento partia da ideia de que era necessário acabar com a barbárie do campo e criar a cultura das cidades europeias. Para isso, ele defendeu uma civilização imigratória, onde os povos europeus poderiam criar na América a civilização tão merecida para os “verdadeiros” argentinos.⁶ Ora, essa posição é totalmente oposta àquela defendida por Graça Aranha no romance analisado aqui. Na *Canaã tropical*, a civilização deveria ser construída pelos mestiços.

Sabemos que uma visão de um país integrado e miscigenado criou e difundiu o mito de uma “democracia racial”. O célebre debate entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes se deu no plano da interpretação histórica, mas mostra, de um lado, a força do mito e, de outro, a busca por denunciar o que esse mito encobre: a preservação de uma

⁵ O debate entre a civilização e a barbárie em terras brasileiras foi considerado, a partir da obra *Canaã*, por João Maia (2008).

⁶ Conforme defendeu Juan Bautista Alberdi, amigo e depois algoz de Sarmiento, ao afirmar que governar é povoar. Sobre o debate entre Alberdi e Sarmiento, ver Braga (2014).

sociedade estruturalmente racista e ainda mais violenta ao recalcar seu racismo e expurgar sua culpa na ideia de um mito político poderoso e perpetuador de desigualdades⁷. Também nisso, o discurso da personagem Milkau, que Aranha produz exatamente para se contrapor ao racismo aberto, documenta para o historiador os limites da elite letrada que se debruçou com preocupação sobre o tema.

Ao analisar o espaço no pensamento social brasileiro, o sociólogo João Marcelo Ehlert Maia defende a hipótese de que *Canaã* é um manifesto contra a imigração no Brasil por ser um fator de destruição da cultura brasileira. Para o autor, o romance de Graça Aranha também evidencia a dicotomia civilização e barbárie. Os imigrantes seriam fonte potencial da barbárie em contraponto com as populações locais, mais aptas ao cultivo das lavouras (MAIA, 2008, p. 60). De fato, *Canaã* revive a barbárie em terras americanas na personagem de Lentz. Em diálogo com Milkau, ele argumenta que:

- Não é possível haver civilização neste país... A terra só por si, com esta violência, esta exuberância, é um embaraço imenso.
- Ora – interrompeu Milkau –, tu sabes bem como se tem vencido aqui a Natureza, como o homem vai triunfando...
- Mas o que se tem feito é quase nada, e ainda assim é o esforço do europeu. O homem brasileiro não é um fator de progresso: é híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê, a História... (ARANHA, 1982, p. 52)

Outro problema econômico presente na lavoura e considerado em *Canaã* diz respeito às queimadas utilizadas para o preparo do solo. A inexistência de técnicas de produção fez com que este procedimento fosse amplamente utilizado no Brasil. O problema é que as queimadas acabam por reduzir a produtividade da terra e trazem prejuízos para os agricultores, independentemente do tamanho das suas propriedades, um problema que foi particularmente grave na lavoura de café. Essa questão não foi tratada de forma exclusiva por Graça Aranha. Autores como Monteiro Lobato e Visconde de Taunay a consideraram em vários de seus romances. Monteiro Lobato, por exemplo, destaca em sua obra *Urupês*, os males das queimadas no Vale do Paraíba:

⁷ Há muitos trabalhos produzidos sobre esse debate. Aqui, recomendamos a leitura direta das fontes: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia escravista*. São Paulo: Global, 51ª edição, 2015; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes – ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos [sic] “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros.

Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico (Lobato, 1961, p. 269).

Ou seja, as boas técnicas de produção agrícolas foram totalmente esquecidas no Brasil do café, pelo menos na primeira metade do século XX.

A análise contida até aqui sugere, pelo menos na visão de alguns escritores brasileiros, que o Brasil esteve longe de ter vantagens comparativas em sua agricultura. Essa conclusão demonstra que o sistema de divisão internacional do trabalho no qual esteve inserida a Economia Brasileira não teria sido adequado ao país, pelo menos para os analistas que se expressaram por meio da literatura de ficção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crítico literário brasileiro Roberto Schwarz, em seu texto *As Ideias Fora do Lugar*, demonstrou a existência de uma contradição entre a adoção da mão de obra escrava e a importação das ideias liberais pelo Brasil. Segundo o autor, o sistema escravista era totalmente incompatível com os princípios liberais, particularmente aqueles considerados em *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Essa incompatibilidade que, lembramos, ainda é indicativa da atualidade do racismo estrutural do país, pode ser lida em alguns autores brasileiros oitocentistas e está presente no romance *Canaã*, de Graça Aranha.

Este artigo teve como principal objetivo analisar a obra *Canaã* sob o ponto da história econômica do Brasil do final do século XIX e início do XX. Na obra, é possível identificar inúmeros aspectos da agricultura, tais como sua baixa produtividade, inclusive quando se considera a mão de obra disponível no país, a natureza hostil, a imigração como forma de compensar a falta de mão de obra para a grande lavoura, além das dificuldades econômicas que esses imigrantes sofreram no Brasil. O artigo teve ainda a pretensão de questionar o princípio das vantagens comparativas aplicados ao Brasil. Esse princípio demonstra que é vantajosa para o país a especialização primária para a exportação, sendo também benéfica a importação de manufatura da Europa e necessária para o seu desenvolvimento econômico. Ou seja, buscou-se questionar o sistema de divisão

internacional do trabalho que prevaleceu no mundo a partir do século XIX e que, de certa forma, persiste até os dias atuais.

Conforme destacado na introdução, a pesquisa também pretendeu contribuir para a melhor compreensão da relação entre a literatura e a história, tomando como referência Canaã, de Graça Aranha. Este autor buscou denunciar, na ficção, os problemas enfrentados pelos imigrantes em terras brasileiras. Essa terra, a partir da leitura da obra, se colocava como hostil ao homem, criando inúmeras dificuldades para a lavoura. Inúmeras questões são ainda tratadas no livro: as queimadas, ainda hoje comuns no meio rural, as pragas, a baixa produtividade decorrente da não adoção de técnicas modernas de cultivo, além da incapacidade da mão-de-obra local em trabalhar de forma adequada a terra. A questão da abolição também é tratada na obra. O fim da escravidão no Brasil não significou o progresso para a agricultura. Os escravos, que poderiam servir como mão-de-obra e, assim, resolver o problema da escassez de braços, acabaram abandonados. Os alemães, por outro lado, ao buscarem aqui sua Canaã, encontraram a barbárie. O Brasil teria sido cruel com eles.

O artigo buscou ainda trazer para o Brasil a dicotomia “civilização e barbárie”, proposta por Domingo Faustino Sarmiento tomando como referência a Argentina do século XIX. Nos termos definidos por Sarmiento, a barbárie argentina estaria no campo e deveria ser superada com a imigração europeia, que poderia trazer a civilização para terras americanas. Graça Aranha, como se procurou demonstrar aqui, considerou tal dicotomia de maneira diversa ao supor um processo civilizatório com base nas ações das populações mestiças do país.

6. REFERÊNCIAS

ARANHA, Graça. *Canaã* (introdução de Alphonsus de Guimarães Filho). 1ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.

ARISTÓTELES. *Poética, Organon, Política e Constituição de Atenas* (tradução de Baby Abrão). Coleção os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

BARRETO, Lima. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: MÉDIAfashion, 2008.

BARRETO, Lima. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (organização de Lilia Moritz Scharcz). 1ª edição. São Paulo: Penguin, 2011.

BRAGA, Márcio Bobik. Juan Bautista Alberdi: o pensamento econômico de um liberal latino-americano no século XIX. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 23, no. 1, pp. 1-31, 2014.

CANDIDO, Antonio Melo e Souza. *Literatura e Sociedade*. 8ª. Edição, São Paulo: Publifolha (Grandes nomes do pensamento brasileiro), 2000.

CANDIDO, Antonio Melo e Souza [et. Al]. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 13ª. Edição, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes – ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 5ª edição, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia escravista*. São Paulo: Global, 51ª edição, 2015.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 11ª. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. edição. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MAIA, João Marcelo Ehlert. 1ª edição. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura. Uma nova-velha história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). *Literatura e História: identidades e fronteiras*. 1ed.Uberlândia: EDUFU, 2006, v. 1, p. 11-27.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROCHA, Antônio Penalves. Ideias antiescravista da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 20, no. 39, pp. 43-79, 2000.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou Civilização e Barbárie* (Tradução: Sérgio Alcides). 1ª edição. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª. Edição, 2003.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. 1ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 5ª. Edição, 1969.

Recebido em 28/10/2020.

Aceito em 19/02/2021.

Publicado em 30/04/2021.